

NOSSOS COLÉGIOS: HOJE E AMANHÃ

Pe. Pedro Arrupe, S.J.

Alocução final aos participantes do Simpósio sobre o Ensino Médio

Roma, 13 de setembro de 1980

1. Não vou repisar o terreno dos redatores das atas deste Simpósio sobre o *Apostolado Educativo da Companhia no Ensino Médio*; eles farão o que puderem diante de tanta riqueza de experiências, reflexões e iniciativas compartilhadas nestes dias.

Tampouco vou me deter nos pontos concretos debatidos mais longamente: a integração dos colaboradores leigos e a educação para a justiça.

Prefiro empregar os minutos de que disponho para vo expor algumas considerações de caráter geral sobre o apostolado da educação e nossos colégios. Por esta razão: sempre estive convencido, e muito convencido da potencialidade apostólica de nossos centros educativos, e, concretamente, quanto aos do Ensino Médio. Hoje, porém, depois de ouvir-lhes as dificuldades, a problemática e possibilidades que supõe o novo enfoque deste apostolado dentro e fora das instituições, acho-me mais persuadido ainda da importância dos Colégios em si e em sua relação com as outras formas de apostolado da Companhia.

2. I. Ensino Médio

Em contraposição aos Cursos Fundamental e Superior, o Ensino Médio nos dá acesso à mente e ao coração de numerosíssimos jovens, eles e elas, num momento privilegiado: quando 'já' são capazes de uma assimilação coerente e arrazoada dos valores humanos iluminados pelo cristianismo, e quando a sua personalidade 'ainda' não adquiriu sulcos dificilmente reformáveis. É sobretudo no Ensino Médio quando se *forma sistematicamente a mentalidade do jovem e, conseqüentemente, é o momento em que ele deve fazer síntese harmônica de fé e cultura moderna* (CG 31, d. 28, preâmbulo, n.1).

Costuma-se definir o Ensino Médio em função de seus conteúdos educativos – às vezes excessivamente vinculados com os programas acadêmicos – ou em função da idade do educando. Assemelharia também ao Ensino Médio boa parte do trabalho educativo que a Companhia leva adiante em muitas partes entre adultos, como nas campanhas de alfabetização, ou de promoção cultural ou profissional. Esta modalidade tem muito das finalidades educativas (e, conseqüentemente, das oportunidades apostólicas) que são características do Ensino Médio. Porque o aluno ou aluna adultos, nestas circunstâncias, oferecem-se voluntária e avidamente ao educador com uma receptividade atípica de sua idade que os assemelha, de certo modo, aos alunos de outras instituições do Ensino Médio.

3. A Companhia deu passos gigantescos nestes últimos anos neste tipo de ensino, especialmente em países ou zonas culturalmente subdesenvolvidos. Pondo em andamento iniciativas bem na linha das últimas Congregações Gerais, serviu-se para este fim dos meios modernos de comunicação de massa com a criação de instituições educativas de novo tipo: radiofônicas, audiovisuais, cursos por correspondência, etc. As características, vantagens e limitações deste tipo de ensino e das instituições que o promovem não são tema a ser tratado neste momento, nem mesmo a análise do papel que desempenharão no futuro. Este estudo deverá ser feito em outro tempo e

com a profundidade que requer a sua importância. Mas não podia deixar de lado a realidade deste fato que enriquece e diversifica tão esperançosamente o apostolado educativo da Companhia. A este novo tipo de instituição deve aplicar-se analogamente quanto direi a seguir, referindo-me mais explicitamente aos Colégios do Ensino Médio, segundo o modelo constitucionalmente estabelecido na Companhia.

4. **II. O Colégio, instrumento de apostolado**

A ideia radical de que partem todas as minhas considerações é esta: O Colégio é um grande instrumento de apostolado que a Companhia confia a uma comunidade ou a um grupo definido de homens dentro de uma comunidade com um fim que não pode ser senão apostólico. Esta entrega, a tais homens e para tal fim, é um autêntico ato de 'missão'. O Colégio é o primordial meio de apostolado para esta comunidade. E esta, enquanto grupo apostólico da Companhia, deve concentrar a sua atividade no intuito de conseguir através deste instrumento educativo o maior rendimento apostólico.

Sendo, pois, o colégio um instrumento, e instrumento para uma missão tão concreta e de natureza tão manifestamente espiritual, é claro que deve mover-se pela causa principal que é Deus. A união deste instrumento com esta causa é precisamente a comunidade a quem ele foi confiado e dele se serve para alcançar o objetivo prefixado: a extensão do Reino. A comunidade que trabalha no Colégio necessita, absolutamente, mentalizar-se e viver desta convicção: a Companhia marcou para ela esta missão, e para levá-la a termo, confiou-lhe este instrumento. Qualquer desvio desta missão que desvirtuasse a sua finalidade educativa e apostólica, reduzindo-a, por exemplo, a meros encargos culturais ou humanísticos, mesmo catequéticos, e qualquer espécie de apropriação do instrumento confiado, por exemplo vinculando-se desordenadamente a ele com quebra da mobilidade – lesa o caráter fundamental da missão e do instrumento.

5. **III. Critérios preliminares**

Os critérios para decidir se deve ou não existir um centro, qual dever ser a sua modalidade, etc. são muitos e sua avaliação, em cada circunstância, está condicionada e redimensionada por múltiplos fatores. É um erro dar um valor absoluto a um critério, por mais puro que possa parecer. Como não se diferencia, por exemplo, um colégio de Ensino Médio, num país de minoria católica, de alta técnica e refinamento cultural, como o Japão, do colégio que é necessário e suficiente em outro país – digamos da Europa – em que existem abundantes oportunidades de educação católica, ou de outros países do mundo em desenvolvimento, em que é inadiável e prioritária a redenção cultural de enormes massas?

Esta necessária diversificação não legitima tudo que existe pelo simples fato de que existe, nem autoriza o singularismo a todo custo daqueles que se arvoram de que 'aqui é diferente', para resistir a toda linha orientadora ou negar-se a toda comunicação e aprendizagem. Tais complexos de autossuficiência, se não são de superioridade, parecem infantilmente narcisistas, geralmente injustificados, e atentam contra a própria natureza da educação na sua dimensão humanista e aberta aos demais.

Seria pior ainda um efeito contrário a esta falsa superioridade: o dogmatismo intolerante, e o desejo de impor aos outros a própria concepção da educação e do tipo do centro educativo.

6. *A determinação deve ser fruto de um discernimento.* O tipo de centro, sua localização, as suas dimensões, a fixação de objetivos de qualidade de educação ou

extensão de ensino, etc., são coisas que diversificam o instrumento para adaptá-lo às circunstâncias onde será inserido. Por isso, serão resultados de um discernimento inicianos em que, além dos critérios para a seleção de ministérios, devem entrar em consideração as circunstâncias locais, bem como os planos apostólicos da Província e da hierarquia local. Em determinado lugar a Igreja necessitará de um centro de grande competitividade acadêmica com as instalações proporcionadas; em outro, um colégio com grande capacidade de acolhida, mesmo de regime de coeducação, para resolver necessidades de escolarização ou de atenção à juventude cristã ou por razões de abertura a um mundo descrente; em outros, a razão de urgência – um critério que para Inácio pode sobrepor-se a outros – como seja alfabetização ou promoção cultural de massa pela rádio, as gravações ou os impressos. E tudo será ensino como suporte de evangelização.

Os critérios inicianos de seleção não são absolutos. O prudente S. Inácio, antes de enumerá-los nas Constituições, põe esta condição *em igualdade de circunstâncias, como em tudo o que se há de sempre entender...* (Constituições, n.622).

7. *Estamos para educar a todos, sem distinção.* Não pode ser de outra maneira já que o apostolado educativo, como todo o apostolado da Companhia, leva a indelével marca iniciano da universalidade. É certo que esta total abertura do conjunto da obra educativa da Companhia adquire – deve adquirir – determinações locais mais concretas, mas não é admissível o exclusivismo de qualquer tipo que seja. Assim também é certo que esta abertura total deve conjugar-se com a nossa opção pelos pobres, inclusive no campo educativo. Sem ironia, pode afirmar-se que não existem grandes problemas de escolarização entre as classes acomodadas e, sim, e em proporções às vezes trágicas, entre os pobres. E embora seja a sociedade civil a quem compete primariamente socorrer a esta necessidade social, a Companhia se sente obrigada por vocação a ir em socorro desta carência humana e espiritual, tornando assim real o direito da Igreja de ensinar em qualquer modalidade e grau.

Mas, se entre as classes acomodadas não há problema de escolarização, há o de evangelização. E como o ensino e educação são um meio efficacíssimo de evangelização, a Companhia não pode reservar exclusivamente para os pobres o seu apostolado da educação. Mais ainda: com as vistas postas no mesmos pobres, nas classes sofridas, a Companhia, também por critérios inicianos, deve formar cristãmente outras classes sociais. E não nos esqueçamos, é claro, desta silenciosa classe média, que também é povo de Deus, e da qual tão pouco se fala, quando se enfocam as coisas a partir dos extremos.

8. *Um critério negativo: a não discriminação econômica.* O acesso dos alunos aos nossos colégios não pode estar condicionado pelas suas possibilidades econômicas, uma vez que estes centros são necessariamente instrumentos de apostolado, onerados, portanto, com a radical gratuidade de nossos ministérios e de nossa pobreza. É uma colocação de fundo e um ideal. Sei muito bem que a realidade é forçosamente bem distinta em diversas nações e tipos de centros. Mas, na medida em que ainda não se tenha atingido este ideal, o centro educativo em questão deve submeter-se à tensão de aspirar a que nenhum aluno apto seja recusado por falta de meios econômicos. A reivindicação de igualdade de oportunidades em matéria de educação e de liberdade de ensino são objetivos que entram de cheio na nossa luta pela promoção da justiça.

9. *Um critério positivo: a excelência.* Sejam quais forem as características de um centro de Ensino Médio da Companhia, uma nota deve ser comum a todos: a

excelência, isto é, a qualidade. Não me refiro, é lógico, às suas instalações, mas ao que define propriamente um centro educativo e pelo que deve ser julgado: o seu produto, os homens que forma. Esta excelência consiste em que nossos alunos, sendo homens de princípios retos e bem assimilados, sejam ao mesmo tempo abertos aos sinais dos tempos, em sintonia com a cultura e problemas do seu meio, e homens a serviço dos outros. Ensino, educação, evangelização: eis os três níveis que nos diversos países e circunstâncias podem ter prioridade e urgência diferente, sempre porém, em um nível de excelência, ao menos relativa. O verdadeiro objetivo de nossos centros de ensino, melhor, de educação, está colocado naquilo que é especificamente humano e cristão. Referindo-me, contudo, aos nossos centros em países de missão, quero sublinhar a importância que tem a excelência acadêmica.

É erro querer sacrificar a excelência acadêmica, tanto no nível universitário como no médio, em benefício de outros aspectos, embora bons e talvez prioritários em outro tipo de instituições, ou com vistas a conseguir ampliação numérica dos alunos para preencher as vagas.

10. *Educação Inaciana.* O centro de Ensino Médio da Companhia deve ser facilmente identificável como tal. Muitos aspectos serão semelhantes a outros centros não confessionais ou confessionais e inclusive de religiosos. Mas, se é verdadeiramente da Companhia, isto é, se nele atuamos movidos pelas linhas de força próprias de nosso carisma, com o acento próprio de nossas características essenciais, com nossas opções, a educação que recebem os nossos alunos os dotará de certa 'inacianidade', se me permitem o termo. Não se trata de atitudes esnobistas ou arrogantes, nem mesmo de complexo de superioridade. É lógica consequência do fato de que vivemos e atuamos em virtude deste carisma e de que em nossos centros devemos prestar aquele serviço que Deus e a Igreja requerem de nós jesuítas como tais.

11. IV. O aluno que pretendemos formar

Supondo aqui os aspectos acadêmicos e educativos, fixo-me naqueles da formação integral que devemos subministrar aos nossos alunos.

a) *Homens de serviço segundo o evangelho.* É o 'homem para os demais', como muitas vezes vocês me ouviram falar. No momento, porém, e, especialmente para nossos alunos cristãos, quero redefini-lo sob um novo aspecto. Devem ser homens movidos pela autêntica caridade evangélica, rainha das virtudes. Falamos tanto de fé/justiça; mas é da caridade que a própria fé e o anseio de justiça recebem a sua força. É na caridade que a justiça atinge a sua plenitude interior. O amor cristão implica e radicaliza as exigências da justiça ao dar-lhe uma motivação e uma força interna. Frequentemente se esquece desta ideia elementar: que a fé deve estar informada pela caridade e que ela se mostra nas obras nascidas da caridade; e que a justiça sem caridade não é evangélica. É um ponto no qual se deve insistir e cuja iluminação e assimilação são indispensáveis para entender retamente a nossa opção fundamental e, conseqüentemente, podermos aproveitar de sua imensa potencialidade. Podem dar-se um santo respeito e uma santa tolerância que equilibram a nossa impaciência de justiça e de serviço à fé. Especialmente, em países não cristãos, é necessário acomodar-se às possibilidades na impregnação de valores cristãos que ao mesmo tempo são humanos e reconhecidos como tais.

12. b) *Homens novos,* transformados pela mensagem de Cristo, cuja morte e ressurreição eles devem testemunhar com a própria vida. Os que saem de nossos colégios devem ter adquirido, na proporção de sua idade e maturidade, uma forma de

vida que seja por si mesma proclamação da caridade de Cristo, da fé que d'Ele nasce e a Ele conduz e da justiça que Ele proclamou. Devemos nos esforçar com empenho para fazer ressaltar estes valores de nossa herança inaciana que podemos também transmitir aos que não partilham ainda da fé em Cristo, traduzindo-os em valores éticos e humanos de retidão moral e solidariedade, que também procedem de Deus.

A pergunta crucial é esta: Que repercussões pedagógicas aportará o fato de colocarmos como finalidade de nossa educação o criar homens novos, homens de serviço? Porque este é, na realidade, o fim da educação que ministramos. É um enfoque diverso, ao menos enquanto dá prioridade a valores humanos de serviço e de antiegoísmo. Isso tem que influir em nossos métodos pedagógicos, nos conteúdos formativos, nas atividades paraescolares. Este desejo de testemunho cristão e de serviço aos irmãos não se desenvolve com a emulação acadêmica e a superioridade de qualidades pessoais em relação aos outros, mas somente através do hábito da disponibilidade e da servicialidade. O nosso método educativo tem que estar pensado em função destes objetivos: formar o homem evangélico que vê em cada um dos homens um irmão. A fraternidade universal será a base de sua vida pessoal, familiar e social.

13. c) *Homens abertos* ao seu tempo e ao futuro. O aluno de nossos colégios, no qual, dia a dia, vamos imprimindo a nossa marca e dando-lhe forma, enquanto ainda é mais ou menos receptivo, não é um produto 'acabado', que lançamos à vida. Trata-se de um ser vivo em contínuo crescimento. Queiramos ou não, durante toda a vida, estará sujeito ao jogo de duas forças: as próprias, com que influenciará sobre o mundo, e as que influenciarão sobre ele. Do resultado deste jogo dependerá o seu modo de ser: ou um homem de vivência evangélica pessoal de serviço, ou entregue a uma neutral inércia, ou absorvido pela indiferença e pela descrença. Por isso, mais, talvez, que a formação que lhe damos, valem a capacidade e a ânsia de uma continuada formação que lhe saibamos inculcar. Aprender é importante, mais importante, porém, é aprender a aprender e desejar prosseguir aprendendo.

Trata-se precisamente, de que a nossa educação, no plano psicológico, tenha em conta este futuro. Que seja uma educação em função do ulterior crescimento pessoal. uma educação aberta, de iniciação a de vetores que continuam sendo operativos pelo resto de sua vida em uma formação contínua.

Esta formação, portanto, deve ter em conta também o tipo de civilização em que vivemos e à qual os nossos alunos estão chamados a viver: a da imagem, da visualização, da transmissão de informação. A revolução que a imprensa sonhou nos albores do renascimento é brincadeira de criança comparada com a revolução das modernas tecnologias. A nossa educação tem que tê-las em conta, para servir-se delas, e para torná-las conaturais aos nossos alunos.

14. d) *Homens equilibrados*. Não sei se é pedir demais, depois de todo o anterior. E, contudo, é um ideal irrenunciável: todos os valores anteriormente citados – acadêmicos, evangélicos, de serviço, de abertura, de sensibilidade diante do presente e do futuro – não perdem nada, antes se potenciam mutuamente, quando equilibradamente se combinam. Não é ideal dos nossos colégios produzir estes pequenos monstros acadêmicos, desumanizados e introvertidos; nem mesmo o devoto crente alérgico ao mundo em que vive e incapaz de vibração. O nosso ideal aproxima-se mais ao insuperado homem grego, na sua versão cristã, equilibrado, sereno e constante, aberto a tudo aquilo que é humano. A tecnologia ameaça desumanizar o

homem: é missão de nosso centro educativo salvaguardar o humanismo, sem renunciar, por isso, a servir-se da tecnologia.

15. V. A Comunidade Educativa

É forçoso reconhecer que este conceito adquiriu um enorme progresso. A 'Ratio Studiorum', embora na sua versão renovada da metade do século passado, perante outros méritos historicamente reconhecidos, não podia no mínimo refletir o restritivo conceito de comunidade pedagógica vigente na época. As condições dos novos tempos nos obrigaram a fazer uso generalizado de pessoal externo não-jesuítico, faculdade esta prevista nas Constituições (n.457). Este fato acarreta uma nova responsabilidade: a de garantir que a formação de nossos colégios continue sendo aquela mesma da Companhia, tal qual descrevemos acima.

A comunidade educativa é composta pela comunidade jesuíta, pelos colaboradores leigos, alunos e suas famílias. Além destes, porquanto o colégio é a primeira etapa de uma formação que nunca acaba, os antigos alunos.

16. *A comunidade jesuíta.* Ela é que recebeu primariamente a missão da Companhia, e a quem se confia o colégio como instrumento apostólico para levar a termo tal missão. Consequentemente, ela deve ser o princípio inspirador do centro. Mesmo nos casos em que a incorporação dos leigos tenha chegado a cargos diretivos, parte-se da hipótese de que eles sejam pessoas em plena sintonia espiritual com os princípios que inspiram a nossa missão. Este é um ponto que devemos cuidadosamente assegurar nas estruturas do novo tipo em que a responsabilidade econômica, empresarial e acadêmica de um colégio se transfere a uma associação, onde a Companhia é apenas uma parte.

Os jesuítas do colégio devem apresentar-se como comunidade unida, autenticamente jesuíta e facilmente reconhecível como tal. A saber: um grupo de homens de clara identidade, que vivem do mesmo carisma inaciano, intimamente ligado "ad intra" pela união e amor mútuo, e 'ad extra' pela alegre participação de uma missão comum. Uma comunidade que se examina regularmente e que avalia sua atividade apostólica, que submete a discernimento as opções apresentadas para o melhor desempenho de sua missão. Uma comunidade religiosa que é o núcleo da grande comunidade educativa, unificando-a e emprestando-lhe sentido. Se uma comunidade nossa se mostra dividida, divide também os nossos colaboradores e sobre o colégio recai a sombra daquela advertência inaciana: sem unidade, a Companhia não só não pode atuar, mas nem sequer subsistir (cfr. Constituições n.655).

17. Esta animação do centro pela comunidade jesuíta deverá consistir, em primeiro lugar, na contribuição da visão inaciana, em sua aplicação concreta a uma determinada obra apostólica educativa: fixação dos objetivos, definição do tipo do homem que desejamos formar e seleção dos meios de toda ordem necessários para este fim.

Desejo acrescentar uma palavra sobre a atividade sacerdotal dos que se dedicam à educação nos colégios. Sem dúvida, é plenamente apostólico todo trabalho de ensino, administração e outras gestões colegiais. Mas, além disso, todo sacerdote jesuíta deveria desempenhar alguma atividade estritamente sacerdotal, no próprio colégio ou fora, como o ministério sacramental ou da palavra, direção espiritual... colaboração estável ou eventual em paróquias, casas de religiosas, hospitais, cárceres, centros de ajuda a desvalidos. Uma atividade diária, ou em fins de semana, ou mais espaçada, talvez no próprio período de férias. Algo, enfim, que mantenha viva em nós a nossa identidade sacerdotal e a manifeste aos outros. O ideal que nos trouxe à

Companhia e o único que nos retém nela foi o de nos unirmos a Cristo e participar de seu sacerdócio e de sua missão redentora e santificadora. Eu não aceitaria facilmente a razão de falta de tempo para justificar a total carência de atividade especificamente sacerdotal. Em todo caso, seria questão de redimensionar um tanto as outras ocupações. Porque é um dado da experiência que, prescindir de toda atividade sacerdotal ao longo dos anos (máxime nos primeiros depois da ordenação), pode ocasionar a perda da identidade sacerdotal. Daqui a perder a identidade jesuítica, não há senão um passo. As conseqüências desta desidentificação são imprevisíveis.

18. Em segundo lugar, a comunidade jesuítica deve servir de inspiração e estímulo aos demais componentes da comunidade educativa (colaboradores leigos, alunos, famílias, antigos alunos), pelo testemunho de vida e trabalho. *O testemunho de nossa vida é necessário.* Se queremos formar no aluno o homem completo, é necessário que façamos com toda a nossa pessoa, não só com nosso trabalho decente. Os alunos, suas famílias, nossos colegas, têm direito de não distinguir em nós o nosso trabalho docente, nossa mensagem oral de nosso tipo de vida. E estamos obrigados a responder a esta exigência. Não isenta de certo cinismo quem, levando uma vida instalada e cômoda, ponha-se a prevenir os nossos alunos contra o consumismo. A identidade de que antes eu falava tem aqui a sua aplicação. A carência de especificidade sacerdotal pode revestir formas de vida secularizadas – no mau sentido do termo – com relativa facilidade nos centros educativos, embora não exclusivamente neles. A forma de vestir, de comportar-se, de usar ou abusar das coisas, de falar etc..., é parte de nosso exemplo de vida e conseqüentemente, de nossa ação educativa. Para os jovens, ao quais falta ainda uma madura avaliação de valores mais profundos, isto é um elemento de juízo sobre o jesuíta e a Companhia. Pensemos na nossa responsabilidade neste ponto e na sua relação com o problema das vocações.

19. Parte do testemunho de vida nós o damos com o *testemunho de trabalho.* Sei que em nossos colégios há pessoas sobrecarregadas, e que a redução de pessoal jesuítico faz com que alguns tomem sobre os seus ombros mais carga do que o conveniente. Não vai isto de encontro da excelência do nosso trabalho? Não conduz a uma diminuição de nossa missão inspiradora, do tempo que deveríamos dedicar a pensar, a dirigir, naquilo em que somos mais dificilmente substituíveis, porque nos atarefamos com trabalhos administrativos e gerenciais mais facilmente delegáveis?

Por outro lado, em todas as instituições – grandes ou pequenas – pode também dar-se o perigo do contrário: a criação de um ‘status’ intocável, com rendimento de trabalho pouco satisfatório que apenas pode comparar-se com o de outros membros da comunidade educativa, com resistência a qualquer mudança de horários, a uma necessária avaliação e a qualquer pedido de colaboração – sacerdotal ou de atividades paraescolares – que caiam fora da atividade profissional. É dever dos Superiores impedir que as instituições sirvam de abrigo a pessoas subempregadas, anquilosadas ou ‘instaladas’. Frequentemente a melhor solução será a determinação de nova ‘missão’ em que o seu zelo apostólico e sacerdotal se sinta mais estimulado. Muito importante é evitar um parasitismo disfarçado nos colégios de Ensino Médio, mais do que na universidade, pois os adolescentes são mais sensíveis ao testemunho. Isto, naturalmente, nada tem que ver com a presença no colégio de padres e irmãos idosos que, por trás de uma vida de intenso trabalho, levam à comunidade educativa o exemplo de sua bondade, de sua presença, o sentido de tradição e de família.

Na problemática das relações comunidade/obra, a separação da residência e do lugar de trabalho não é por si mesma uma solução necessária, nem suficiente, ainda que às vezes possa ser um passo imprescindível.

20. *Os colaboradores leigos* são um elemento importantíssimo da comunidade educativa. Também neste ponto a Companhia deu um grande passo. Já indiquei como nas Constituições é admitida a sua colaboração como suplência, entrevendo-se que o seu trabalho não venha baixar o nível do ensino. Era um reflexo do tempo, e, podemos dizer, do conceito que até recentemente se fazia do papel do leigo na Igreja. Após o Concílio Vaticano II, a função do leigo revalorizou-se e de maneira explícita se reconheceu sua missão na Igreja. E por que não na Companhia? De sorte que não é só a penúria de jesuítas que determinou a afluência dos leigos aos nossos colégios, mas também a profunda convicção de que com sua inestimável ajuda podemos ampliar sem receio o nosso apostolado. Antes se podia ver uma comunidade de meia centena de jesuítas dedicada à formação de duzentos ou trezentos alunos, possivelmente em regime de internato. Digamos, sem rodeios, que tal atenção era desproporcionada e, se consideramos as necessidades do mundo, injusta e elitista. Manter hoje tal relação jesuíta/alunos seria eclesialmente escandaloso, e sentir saudades dela, um equívoco.

21. Necessitamos de ‘agentes multiplicadores’, e estes são os nossos colaboradores leigos, naturalmente, com uma condição: a de que valorizemos na prática a sua capacidade de incorporar-se à nossa missão apostólica educativa. Isto quer dizer que não os vejamos, nem, de fato, sejam – meros assalariados para realizar uma tarefa sob a supervisão do patrão. Devem achar-se de tal modo remunerados que vivam sem tensão econômica e, enquanto possível, em horário integral, sem necessidade de multiemprego.

Trabalhar com o ânimo dividido, supõe quase fatalmente, certa incapacidade para ser, além de professor, autêntico educador.

Mas não é só isso. O de que necessitamos verdadeiramente não são meros professores, mas colaboradores corresponsáveis da plenitude de nossa missão. Temos de aceitá-los-emos assim e também aprender deles, de seu carisma de leigo associado a sua obra de Igreja. Somente desta forma tem sentido a sua integração na comunidade educativa e só assim são agentes multiplicadores. Isto, porém, implica duas coisas: uma, que assimilem os princípios inicianos que animam a nossa missão; a outra, que tenham acesso ao quadro de ação – cargos de responsabilidade – a começar por aquele de pôr a render ao máximo a sua capacidade educativa.

Com respeito ao primeiro ponto, é claro que assim como tivemos necessidade de uma formação para assimilar e tornar operativa em nós a intuição inaciana, assim, eles, de modo geral, deverão receber de nós uma formação proporcionada e uma atenção constante também neste aspecto, sempre com o devido respeito à sua personalidade. Mesmo que não sejam cristãos, como deverá ocorrer em muitos países, poderemos aprender deles e, proporcionalmente, fazer lhes partícipes dos valores universais de nossa missão. Quem fosse, definitivamente, refratário à nossa visão do homem e dos valores evangélicos, não seria apto para educar num centro de Ensino Médio da Companhia por mais relevantes que fossem as suas qualidades acadêmicas e docentes. Não se trata de formar minijesuítas, mas autênticos leigos, perfeitamente sintonizados com o ideal inaciano. Transmitir esta formação custa dinheiro e tempo. É, porém, a inversão mais rentável para o fim que se pretende. E não seria justo descuidar da devida formação de nossos colaboradores e, ao mesmo tempo, esperar que participem de coração da nossa missão.

O que penso relativamente à integração do leigo no quadro diretivo é mais do que mera cogoestão, a qual dou por suposta. Trata-se de confiar aos colaboradores capazes, devidamente preparados, com plena confiança, não só cargos administrativos e de gerência, mas campos de autêntica responsabilidade educativa, até os seus níveis mais altos, inclusive o da direção do centro, quando for necessário ou conveniente, conservando nós o papel essencial de animação e inspiração do qual eu falava anteriormente.

Para muitos centros esta participação de um laicato competente será a única fórmula de sobrevivência, se queremos que se continue a ministrar neles a educação inaciana sem o concurso de um razoável número de jesuítas. Para todos os colégios, porém, esta colaboração dos leigos, dado que participem efetivamente de nossa missão, é indispensável numa época em que a Igreja e a Companhia devem multiplicar a sua irradiação.

22. *As famílias.* Sabemos que são as últimas responsáveis pela formação de seus filhos. Este é precisamente um motivo a mais para que nos preocupemos também com elas e trabalhemos juntos na educação, tendo em conta que em não poucas ocasiões há matrimônios escassamente preparados para formar os seus filhos. Merecem louvor as organizações – associações, revista, cursilhos – que promovem a formação educadora dos pais dos alunos e os preparam para colaborar mais eficazmente com o colégio. O colégio pode e deve agir também como catalisador para a união de pais e filhos. Um dos males do nosso tempo é justamente a dissolução da família, não só do matrimônio, mas dos filhos em relação aos pais. O colégio é um magnífico lugar de encontro e de convergência de interesses em bem do próprio filho. É importante que as famílias tenham contato com o colégio e participem de sua vida e colaborem em suas atividades culturais, sociais, paraescolares, etc.

23. *Antigos alunos.* Repetidas vezes, nos últimos anos, tive que tratar deste tema, e não quero no momento repetir-me. Somente torno a dizer o seguinte: eles são uma grande responsabilidade da Companhia a qual não pode declinar a sua obrigação de atendê-los em sua reeducação permanente. É uma obra que, praticamente, somente nós a podemos fazer, uma vez se trata de remodelar o que foi feito, há vinte ou trinta anos. O homem hoje é necessariamente distinto daquele que formamos então. É uma tarefa ingente, superior às nossas possibilidades e, por esta razão, temos que nos valer dos leigos capazes de realizá-la e isto supõe uma primeira etapa de formação de tais pessoas.

Os Provinciais deverão providenciar a respeito, destinando às associações de antigos alunos padres suficientes e aptos e com tempo disponível para atendê-los. Se isto não se faz, as associações esmorecerão e não se atualizará a reeducação dos antigos alunos.

24. *Alunos.* São o elemento central e principal componente da comunidade educativa. Extensamente já me referi a eles nestas páginas. Apenas quero acrescentar o seguinte: quanto os alunos podem nos educar! Temos que estar em contato com eles e, ao tratá-los, aprender a ser pacientes, vendo-os mover-se num mundo materializado; aprender a ser generosos, vendo sua capacidade de sacrifício; aprender a ser homens para os outros, vendo quão grande é sua generosidade se a sabemos estimular com adequada motivação. Através dos jovens, colocamo-nos em contato com uma civilização que nos está vedada, e neles vemos a sociedade do amanhã e nos assomamos ao mundo futuro. Por isso, é impossível educar um jovem, mantendo excessiva distância, estando habitualmente ausente de seus campus, num asséptico

isolamento cheio de dignidade acadêmica, e, talvez, de complexo de inferioridade e timidez. Desta maneira não surgirão vocações e nem chegarão eles a conhecer a beleza de nosso ideal inaciano que é de vida e serviço a Cristo.

25. VI – O Colégio: abertura e integração

Este é um ponto que nas reuniões destes dias vocês deixaram bem claro. Os colégios da Companhia não podem ser, em relação à Província ou à Igreja Local um caso de 'splendid isolation'. No passado pode ter acontecido que alguns colégios, exatamente pela qualidade de seu trabalho educativo e mesmo pelo seu tamanho, se adiantassem aos tempos e se tornassem pioneiros na cidade ou região, ficando assim um tanto isolados do resto.

Este isolamento, consciente ou inconsciente, onde exista, deve desaparecer, pois, apesar de as coisas terem mudado em pouco tempo, somos Igreja Católica, somos Companhia de Jesus. Os colégios da Companhia devem formar uma frente unida com as demais instituições docentes da Igreja, e participar das organizações que os agrupam em todo nível: profissional, sindical, apostólico. Isto é especialmente importante nos países em que a liberdade de ensino, a igualdade de oportunidades, o financiamento e outros temas semelhantes, são assuntos de confrontação de ideologias contrapostas.

Mas a razão principal para abertura de nossos colégios e contato com outros, é outra; a necessidade de aprender e a obrigação de compartilhar. As vantagens dos intercâmbios e colaboração de todo tipo são imensas. Seria insensato presumir que nada temos a aprender. Seria irresponsável planificar por nossa conta exclusiva sem ter em conta a necessidade de ajuntar-se com outros colégios de religiosos ou mesmo leigos, por exemplo, em matéria de especialidades opcionais e professores especializados, níveis de ensino, cursos intercolégiais de preparação do professorado ou de formação para pais de alunos, etc. Esta articulação de nosso trabalho com as instituições educativas homólogas em um âmbito eclesial local, regional e nacional reforçará a nossa efetividade apostólica e nosso sentido eclesial.

Por outro lado, os colégios devem articular-se racionalmente no conjunto do plano apostólico da Província, e manter-se em frutuosa relação com as obras apostólicas de tipo diferente. Dentro da indivisível unidade de 'missão' da Província, os colégios são só uma parcela. Esta deve estar harmonicamente entrosada com as outras. Não me refiro somente a relações de cordial interesse, porquanto em outras partes se dão excelentes relações fraternas. Aponto para algo mais tangível: colaboração concreta. Os aspectos pastorais da educação oferecem aos colégios a oportunidade de um intercâmbio de ajuda às residências que é benéfico para todos. Tal é o caso, por exemplo, da pastoral da juventude nas atividades paraescolares, a colaboração com a orientação espiritual, Exercícios Espirituais, movimentos cristãos, etc. a favor do colégio; e a ajuda ministerial que os membros do colégio podem prestar nas ocasiões de mais sobrecarga das paróquias e residências. E quando as distâncias e o tempo o permitam, nesta colaboração fraterna devem participar os nossos escolásticos e jovens sacerdotes que ainda estudam. Isto os insere nas atividades da própria Província e os faz conhecer um rico leque de opções e revela suas qualidades e inclinações, o que será muito importante na hora de dar-lhes uma missão definitiva.

Esta abertura beneficia tanto as comunidades jesuíticas dos colégios, como os alunos. Manterá os nossos jesuítas em sintonia com as atividades e necessidades da Igreja e da Companhia em outros campos, e isto será uma preparação psicológica preciosa para quando se tratar de transferir algum de uma atividade a outra. Não será

partir para um mundo desconhecido. Um mínimo de atividade sacerdotal além da função educativa, é uma forma privilegiada de abertura, em nível pessoal, como disse antes. Os alunos, por sua parte, com estes contatos e abertura do colégio, dilatarão os seus horizontes e desde a sua juventude se habituarão com a dimensão eclesial e social. Não sei se certa aversão ao compromisso social e cristão que se nota em alguns nossos antigos alunos é devido, pelo menos em parte, ao tipo de colégio, em algumas partes, 'incubador' do passado.

26. A abertura e os contatos institucionais devem completar-se com a *irradiação apostólica*. Todo centro da Companhia é uma plataforma apostólica. A paróquia, ou o hospital, ou a prisão, ou a emissora, ou o centro social ou assistencial que está próximo, no bairro, etc.... são outros tantos pontos em que os nossos jesuítas e os alunos, dirigidos por nós, devem desenvolver algum tipo de apostolado. Esses lugares não têm necessidade desse serviço? Nós, pelo menos, necessitamos deles. Ainda mais. Eu me atrevera a dizer que se a justificação para omitir toda irradiação sacerdotal ou apostólica é o excesso de ocupações e o cansaço que daí resultar, haverá que discernir se não é melhor pedir – ou impedir suavemente – um reajuste quantitativo de nossas ocupações profissionais (mesmo à custa de contratar o pessoal necessário), que nos permita o salto qualitativo para uma vida na qual estejam presentes o diretamente sacerdotal e o treinamento apostólico de nossos alunos.

Não seria possível fazer algo mais do que se faz, atraindo para a nossa ação os pais de família, os antigos alunos, os alunos e toda boa gente da nossa vizinhança em áreas como: abertura das nossas instalações, cessão para cursos noturnos, ou de alfabetização, ou de treinamento e aperfeiçoamento profissional, atividades sociais, esportivas, artísticas ou recreativas, atividades de comunidades de vizinhos, projetos de promoção humana, etc.? Não é até certo ponto escandaloso – e em termos de boa inversão financeira injustificável – que, às vezes, os grandes prédios de nossos centros se encontram em rendimento efetivo apenas por 8 ou 10 horas diárias, durante os 200 dias do ano acadêmico, isto é, 20% do tempo, quando podiam ser utilizados para tantos outros fins? Não se poderia aplicar aqui a nossa doutrina da função social dos bens?

27. VII Destinatários destas páginas

Concluo por onde, talvez, deveria ter começado: indicando os destinatários desta alocução. Porque não tenho diante dos olhos somente vocês – os 15 jesuítas vindos de diversas partes da Companhia para participar deste seminário. Com vocês dialoguei longamente nestes dias e vocês conhecem o meu pensamento sobre todos estes temas. Com vocês rezei ao único Mestre, a Luz, a Verdade e a Vida. Ouvi as suas experiências, reflexões, preocupações e esperanças. Nas suas notas e na documentação que nascerá do trabalho destes dias, creio que vocês encontrarão, abundante matéria de reflexão e inspiração para o futuro de seus colégios. Por isso diria, paradoxalmente, que vocês não são os únicos destinatários destas páginas, nem, talvez, os mais necessitados delas.

28. Penso em primeiro lugar nas comunidades de jesuítas que trabalham nos nossos colégios e em outras instituições de Ensino Médio. Homens, sacerdotes e Irmãos, entregues a uma tarefa com frequência obscura, sobrecarregados de trabalho, submetidos a um horário e agenda rigorosos e cuja abnegação é às vezes pouco perceptível pelo fato de atuarem num quadro institucional de certa aparência enganadora. Quero confiar-lhes uma vez mais a missão que receberam. Quero

reiterar-lhes a altíssima estima que a Igreja e a Companhia têm pelo seu apostolado educativo. Quero animá-los a perseverar entusiasmados em suas funções.

Ao mesmo tempo devo preveni-los do perigo da inércia. É indispensável que caiam na conta da mudança havida na Igreja e na Companhia e da necessidade de acompanhar-lhes o passo. Somos obrigados a confessar que se houve incompreensão em diferentes setores da Companhia e desinteresse das gerações mais jovens e dinâmicas da mesma em relação a alguns colégios, especialmente aos de maior porte, isto deveu-se, talvez, ao desajuste destas instituições a uma sociedade, a uma Igreja e a uma Companhia possuídas de uma nova dinâmica. Uma comunidade que é levada a julgar que seu colégio não necessita de mudança, está ameaçando, a prazo fixo, a agonia do próprio colégio. É questão de uma geração. Por mais doloroso que seja, é mister podar a árvore para que recobre as forças. São indispensáveis a adaptação das estruturas e a formação permanente às novas condições.

29. Em segundo lugar dirijo-me aos nossos jovens, e, talvez, não tão jovens, cuja fogaosidade os faz olhar nossas instituições educativas e, pode ser, o mesmo apostolado da educação, com desconfiança e desestima. É precipitado identificar indiscriminadamente nossos colégios, mesmo os de grande aparência, como centros de poder e sinal de desatenção aos pobres, contrários às exigências de nossa opção fundamental. Frequentemente, ignora-se a capacidade de sacrifício requerida para viver e trabalhar neles. Sei que nem sempre é assim, e não cesso de estimular a todos para uma austeridade pessoal e comunitária, da mesma maneira que em outros apostolados devo insistir em outros aspectos, às vezes mais importantes, sem que por isso devam ser condenados. Mas o apostolado da educação é para a Igreja de uma importância absolutamente vital. Tão vital que a proibição de educar é o primeiro, e às vezes o único e suficiente meio, imposto por certos regimes políticos à Igreja para assegurar a descristianização de uma nação no espaço de duas gerações, sem derramamento de sangue.

Educar é necessário. E isto não se pode alcançar em determinada escala e com a excelência a que me referi sem certo tipo de instituições. Já falei no começo destas páginas das diversas possibilidades. Aludi também ao fato de que devemos educar a todos. E no corpo social não podemos limitar-nos a educar somente os braços e mãos, mas também a cabeça. É importante formar as classes dirigentes do futuro. Os critérios inicianos estão de acordo com isso. Por isso, e precisamente para promover a necessária renovação com a injeção de sangue novo, exorto aos estudantes jesuítas a considerar com realismo o valor apostólico de nossas obras educativas e a oferecer-se ou aceitar de boa vontade este trabalho com a atitude evangélica e sacerdotal descrita. Não caímos na injustiça de tachar de imobilismo os nossos centros educativos e, ao mesmo tempo, negar-lhes os meios para que possam pôr-se a caminho. A solução é tanto 'ab intus', com o esforço de renovação da parte dos que ali se encontram, como 'ad extra', com a presença de novas equipes cheias de forças novas.

30. E, por último, penso nos Superiores Provinciais, Vice-Provinciais do setor de Educação, na Comissão de Ministérios e redatores dos planos apostólicos da Província. Vejam até que ponto o número de centros educativos existentes em funcionamento se justifica perante uma necessidade apostólica real, e se com seu trabalho eles correspondem, de fato, a esta necessidade. Examinem quais e onde devem abrir-se novos centros e com quais características. Procurem a perfeita coordenação do apostolado educativo com os outros apostolados da Província, articulando-os com as

possibilidades das Igrejas Locais. Estimulem os reitores para a necessária renovação como condição de sobrevivência e os amparem em seus esforços para o aperfeiçoamento da capacidade profissional e evangelizadora dos membros da comunidade educativa, especialmente dos nossos jesuítas. Renovem seus quadros na medida das disponibilidades, quer com o envio de jovens cheios de ânimo, quer transferindo para outros setores aqueles que no colégio perderam a sua capacidade educativa e evangelizadora.

31. Sugiro em concreto a necessidade de preparar jovens jesuítas para o apostolado educativo. A diminuição do currículo das etapas do Juniorado e do Magistério em muitas Províncias teve, entre outras consequências, uma menor formação humanística e redução da preparação remota para o apostolado educativo. A Província deve ter um número de especialistas em pedagogia (com os correspondentes títulos acadêmicos) proporcionado ao seu número de centros. Por último, aplaudo os esforços que se fazem em nível regional ou nacional para promover a formação contínua de nosso pessoal, jesuíta ou leigo, juntamente com outros religiosos ou não.

32. Sei que, apesar da extensão desta conversa, muitas coisas ficam ainda por dizer e que sobre cada uma das coisas que lhes escrevi há verdadeiras bibliotecas. Não era minha intenção dizer tudo, mas recolher alguns pontos que considero urgentes e importantes e que vocês mesmos me sugeriram. Rogo-lhes que sejam nas suas Províncias portavozes de minhas cordiais palavras de alento e de minha constante solicitude por seus colaboradores e obras no campo da educação. Continua verdadeira aquela frase de um dos mais célebres educadores que a Companhia formou: *Puerilis institutio est renovatio mundi*, a formação da juventude transforma o mundo ¹

¹ Juan de Bonifacio (1538-1606). Cfr. Monumenta Paedagogica 111, 402, nota 15.